

COMPOSIÇÃO E PERFIL POLÍTICO DOS SENADORES TITULARES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) DO SENADO FEDERAL (2003-2018)

Data de aceite: 02/10/2023

Jonatas Nogueira Aguiar de Souza e Silva

Mestrando em Ciência Política (PPGCP/UFPA), graduado em Ciências Sociais – UFPA. Membro do Grupo de pesquisa “Instituições Políticas: processo Legislativo e Controle” (IPPLC-UFPA). Pesquisador do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-PA)
<http://orcid.org/0000-0001-5281-6720>

Bruno de Castro Rubiatti

Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de pesquisa “Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle” (IPPLC-UFPA). Pesquisador do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-PA)
<https://orcid.org/0000-0002-3167-4804>

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar a composição social e política da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) de 2003-

2018. Destaca-se que estudos anteriores apontam que a CAE e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) são duas comissões demandadas pelos parlamentares na câmara alta (Silva, 2016; Lemos, 2008). Araújo (2017) também estuda as comissões e busca traçar um perfil social na triagem dos senadores para cinco comissões. O teste busca avaliar se CCJ e CAE são comissões mais exigentes. Em seu estudo, o autor destaca que “a CAE valoriza mais as variáveis partidárias, a expertise e a titularidade dos parlamentares, em detrimento dos suplentes. Ser titular aumenta em mais de 50% a probabilidade de ingresso na CAE” (Araújo, 2017, p. 130).

Dentro dessa lógica, a análise da CAE neste recorte de tempo (2003-2018) se justifica na importância que essa comissão demonstra ter: é uma das mais antigas do Senado, os trabalhos que são dirigidos a ela tratam de área central no processo legislativo (temas que envolvem a política econômica, tributária e fiscal) e o fato de ser almejada pelos

senadores. Nesse estudo de caso, o foco ocorre sobre os critérios da escolha de seleção de membros para a comissão. Busca-se verificar qual é o perfil do titular da CAE e observar semelhanças e diferenças em relação às demais comissões do Senado, que tem estudos sobre composições realizados (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021).

A justificativa sobre a escolha do Senado e suas comissões parte dos estudos sobre o bicameralismo brasileiro, que é apontado como forte devido à alta simetria e incongruência (Araújo, 2012; Rubiatti, 2017a; Rubiatti, 2023), da importância da atuação das comissões brasileiras na tomada de decisões, tanto na Câmara quanto no Senado (Almeida, 2019; Rubiatti, 2020). Ressalta-se também que as comissões são espaços com possibilidades de atuação de minorias, com possibilidade de aprovar iniciativas por meio dos poderes conclusivos/terminativos e são os lócus temáticos responsáveis pela apreciação de toda legislação ordinária das Casas Legislativas, além de as comissões emitirem os pareceres que são votados em plenário. Assim, é imprescindível o estudo sobre elas (Almeida, 2019; Freitas, 2016; Rubiatti, 2017b, 2020). Dessa forma, o trabalho está dividido em 4 seções. Além desta introdutória, têm-se 1) Estudos legislativos do Brasil; 2) materiais e métodos; 3) composição e perfil político da CAE e 4) considerações finais.

Estudos legislativos do Brasil

A agenda de pesquisa sobre o Legislativo Brasileiro tem seu começo com as visões pessimistas sobre o sistema político do país. Esses são trabalhos que focam nos fatores exógenos ao funcionamento do Legislativo – o federalismo, o sistema de governo e as regras eleitorais e seus efeitos – para definir como ocorreriam as relações entre o Executivo e o Legislativo. Nessa chave de leitura, é diagnosticado que a dupla legitimidade junto à rigidez do mandato é o principal motivo para o conflito (Linz, 1997), ou que o sistema eleitoral cria dois poderes com vocações diferentes: um clientelista (Legislativo), outro nacional (Executivo). Também é apontado que o multipartidarismo força o presidente a formar coalizões *ad hoc* para aprovação da sua agenda, e que esse apoio é negociado em bases individuais com patronagem (Mainwaring, 2003; Ames, 2003).

Por fim, é indicado que, para haver governabilidade no país, o presidente necessita montar coalizões, ou seja, integrar partidos ao seu governo, e isso seria feito a partir da distribuição ministerial e da negociação da agenda. Todavia, a junção de presidencialismo, multipartidarismo, bicameralismo, representação proporcional e federalismo robusto criam assimetrias entre os desejos dos parlamentares dentro do Congresso, e o presidente necessitaria de uma grande capacidade de gerenciamento da sua coalizão para evitar a dissolução da sua coalizão, assim como da sorte de não encontrar nenhuma crise durante seu mandato (Abranches, 1988).

Esta primeira fase de estudos sobre o Instituições Políticas Brasileiras possui

uma característica específica: são trabalhos focados nos efeitos do sistema eleitoral para apontar as fragilidades que um governo enfrentaria para a implementação da sua agenda. Posterior a essa fase, novos estudos foram realizados, focando nos elementos endógenos do sistema. A partir desses estudos revisionistas, identificou-se uma lógica diferente.

Dentro disso, o debate sobre o presidencialismo de coalizão e sua governabilidade parte da ação conjugada do Executivo e Legislativo a partir das lideranças partidárias (Figueiredo, Limongi, 1998), em que se destaca a alta taxa de sucesso do Executivo no pós-88 (Figueiredo, Limongi, 2006). Esse sucesso está atrelado à capacidade dos presidentes minoritários em formar coalizões e garantir maiorias nas Casas Legislativas (Santos, 2006). Somado a isso, destaca-se a utilização da patronagem e poder de agenda do Executivo como um meio de coordenação de atividade legislativa (Santos, 2003).

Ainda nessa chave de leitura, observa-se que os Ministérios são importantes instrumentos de formulação de políticas, por deterem a expertise burocrática (Santos, 2005). Dessa forma, Batista (2013, p. 459) demonstra que “cerca de 90% [dos projetos do Executivo] têm sua origem nos Ministérios, evidenciando a forte descentralização da produção legislativa no Executivo e o importante papel dos ministros”, mas, quando verificada essa atuação, nota-se que as proposições são centralizadas nos Ministérios comandados por membros do partido do governo, isso para FHC e Lula (Lameirão *et al.*, 2020).

Os trabalhos citados têm como foco de análise a Câmara dos Deputados, sendo notável que essa casa possui grande atenção de inúmeros pesquisadores. Isso advém do fato da Constituição de 1988 definir que toda matéria de origem externa ao Legislativo começa seu trâmite na Câmara Baixa. Porém, o Brasil possui um bicameralismo forte e um Senado forte em proposição, revisão, aprovação e comissões que aprovam em caráter Terminativo com frequência significativa (Araújo, 2008; Rubiatti, 2017a, 2018, 2020). Sendo assim, é necessário estudar o comportamento interno dessa Casa. Destaca-se que Câmara e Senado apresentam comportamentos distintos no processo legislativo (Ricci, 2008), mesmo tendo semelhanças partidárias (Rubiatti, 2015). E esse é um ponto esperado para um país com bicameralismo forte.

Referente ao processo legislativo, é importante destacar dois modos de observar a atuação do Legislativo. Figueiredo e Limongi (2001) apontam que o fato da centralização decisória nas mãos dos líderes partidários junto ao poder de agenda do Executivo tornaria as comissões espaços secundários de formulação e tomada de decisão. Essa premissa recebe inflexão a partir de estudos recentes sobre o poder Legislativo, onde se verificou a importância desses espaços: Freitas (2016) demonstra como as comissões atuaram como agentes na negociação entre as preferências do Executivo com o Legislativo, apontando que a agenda do Executivo não é uma agenda unilateral, mas negociada com os partidos que integram a sua coalizão.

Almeida (2019) aponta uma mudança no ritmo de trabalhos legislativos: a partir

dos anos 2000, as comissões no Brasil aumentam sua atuação na tomada de decisão Conclusiva. O autor propõe que o aumento na descentralização na tomada de decisão para as comissões é fruto da formação de coalizões mais heterogêneas. No Senado Federal, movimento semelhante é encontrado: Rubiatti (2020) identifica o local de decisão final entre plenário e comissões, que, de uma forma geral, demonstra equilíbrio, com 51% das decisões para plenário e 49% para comissões. Porém, ao se comparar legislaturas entre 1999 e 2018, pode-se notar que as comissões passam a ter maior atuação em meados dos anos 2000. Além disso, comissões e plenário atuam de formas distintas: as comissões possuem maior atuação por aprovação, e o plenário, por rejeições.

Assim, os recentes estudos legislativos brasileiros demonstram sua institucionalização. Com isso, verifica-se que há uma agenda de pesquisa sobre a atuação das comissões (Mueller, 2000; Ricci, Lemos, 2004; Santos, 2002, 2005, 2011; Ricci, 2008; Melo Santos, 2008; Cortês, 2010; Freitas, 2016; Almeida, 2015, 2019; Vasquez, 2020). Esses trabalhos são, em sua maioria, sobre a Câmara. Todavia, não se pode relegar o Senado a segundo plano ou considerar que essa Casa segue a mesma lógica que a Câmara. Nesse sentido, existem alguns trabalhos sobre as comissões dessa Casa (Lemos, 2008; Lemos, Reninchesky, 2008; Silva, 2016; Pereira, 2019; Silva, 2019; Silva, Rubiatti, 2021; Ferreira, 2019; Rubiatti e Silva, 2020; Rubiatti, 2020, Ferreira; Rubiatti, 2021; Pantoja, Rubiatti, 2021; Pereira, 2021; Ferreira, Rubiatti, 2022). Sendo assim, este trabalho busca contribuir para a agenda de pesquisa sobre o Senado e suas comissões, verificando o perfil social e político dos membros da CAE de 2003-2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, os dados foram coletados nos Relatórios Anuais da Presidência do Senado, dos anos de 2003-2018. Neles, foram coletadas as composições iniciais e finais da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), verificando os membros titulares e os presidentes da comissão. Complementarmente, foi utilizado o site do Senado Federal na área referente à biografia dos senadores para construir uma base de dados sobre a composição e perfil político dos senadores titulares. Também foi utilizada a base de dados do CEBRAP para as construções que envolvem o debate de coalizões.

Com esses dados, foi possível verificar nos membros titulares da Comissão de Assuntos Econômicos de 2003-2018: 1) composição partidária da comissão; 2) pertencimento dos partidos à coalizão governamental; 3) distribuição regional; 4) idade dos senadores; 5) gênero; 6) número de mandatos dos senadores; 7) tipo de mandato; 8) escolaridade; 9) experiência prévia; 10) profissões dos senadores; 11) tempo de permanência na comissão; e 12) partidos dos presidentes. Com essas informações, é possível analisar a organização interna dessa comissão com base no seu padrão de recrutamento.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal: composição e perfil político dos senadores titulares (2003-2018)

A análise dos dados sobre a CAE se inicia a partir da sua composição partidária. Destaca-se que essa comissão possui 27 membros titulares, sendo que no período total de análise resultou em 124 parlamentares como membros titulares da comissão. Ressalta-se que CAE e CCJ são as maiores comissões do Senado e os seus respectivos tamanhos fazem jus a sua demanda, pois “[...] as comissões mais acionadas pelo plenário são as que mais membros possuem, comprovando uma adequação entre a proporção de volume de atividade e mão de obra disponível. Isto confirma também o reconhecimento da área política” (Vasquez, 2020, p. 56). Assim, na tabela 1, observa-se um crescente número de partidos, com 9 partidos na composição de 2003-2006 e 14 partidos nos anos de 2015-2018. Tal dado demonstra o multipartidarismo brasileiro e a participação de partidos pequenos em uma comissão central ao processo decisório.

Partidos	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
MDB/PMDB	29,6	24,3	26,8	24,6	26,3
PT	17,4	13,0	17,9	16,2	16,1
DEM/PFL	20,9	22,6	7,3	6,9	14,1
PSDB	15,7	14,8	11,4	10,8	13,0
PTB	3,5	7,8	7,3	5,4	6,0
PSB	6,1	1,7	4,1	7,7	5,0
PL/PR	1,7	3,5	8,9	3,8	4,6
PDT	3,5	3,5	4,1	5,4	4,1
PP		3,5	6,5	5,4	3,9
PCdoB		1,7	3,3	3,1	2,1
PSD			1,6	6,2	2,1
PRB		3,5		1,5	1,2
PPS	1,7				0,4
PV				1,5	0,4
PODE				0,8	0,2
PSOL			0,8		0,2
S/P				0,8	0,2

Tabela 1 – Composição partidária da CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

A tabela 1 mostra que MDB/PMDB, PT, DEM/PFL e PSDB são os partidos com maior ocupação na comissão, tendo respectivamente 26,3%, 16,1%, 14,1% e 13,0% de representação. Tal ponto está atrelado ao fato de a composição da comissão ser feita a

partir da proporcionalidade do plenário da Casa. Nos anos de 2011-2014 e 2015-2018, é notável que o DEM/PFL perde significativamente sua presença na CAE, o que reflete a diminuição da bancada desse partido no plenário do Senado nesse mesmo período. Sobre a composição da CAE, destaca-se que a proporcionalidade assegura a participação de partidos pequenos, assim, observa-se que, com a entrada de novos partidos no Senado, estes possuem possibilidade de participar no seu sistema de comissões. Rubiatti (2017b) destaca que as comissões brasileiras possuem instrumentos para a atuação da minoria, assim, os partidos pequenos possuem capacidade de atuação frente aos maiores partidos.

Também se ressalta que existem trabalhos sobre as comissões no Senado que tratam de composição (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021), em que são analisadas a CDH, CRA, CFC, CRE e CMA respectivamente. Nessas comissões, há diferenças na distribuição de cadeiras entre os maiores partidos: na CDH, o PT possui a maior frequência de ocupação no período total, assim como o MDB/PMDB é o partido que possui mais cadeiras na CRE e CMA, e na CRA o PSDB e MDB/PMDB possuem a mesma taxa de ocupação para o período total. Nota-se que a representação dos partidos na composição das comissões difere. Tal fato ocorre devido a acordos feitos entre partidos ou na formação de blocos parlamentares: nessas negociações, os partidos buscam ocupar mais cadeiras nas comissões de acordo com o interesse do partido.

Assim, busca-se verificar nos quatro maiores partidos do período (2003-2018) se há essa distância no que tange à composição, comparando a ocupação de cadeiras do plenário do Senado com a CAE.

	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018
MDB/PMDB	26,5	23,5	23,8	24,1
PT	16	14,2	16,4	13,9
PSDB	15,7	16,4	13	13,9
DEM/PFL	21,3	18,5	5,6	5,2

Tabela 2 – Ocupação do plenário do Senado pelos quatro maiores partidos (2003-2018)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

A tabela 2 mostra a ocupação de MDB/PMDB, PT, PSDB e DEM/PFL. Comparando os dados das duas tabelas, observa-se que não há grandes contrastes com a composição da CAE (tabela 1), o que torna essa comissão diferente das outras citadas. Assim, pode-se inferir que os partidos não possuem interesse em negociar vagas na CAE, o que fortalece a sua visão como comissão desejada.

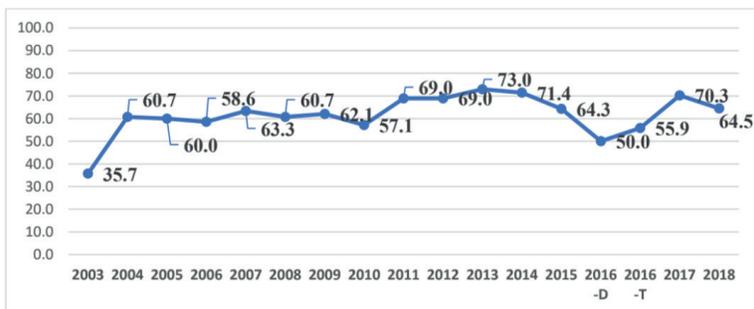


Gráfico 1 – Participação da coalizão na composição da CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal, Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e da base sobre coalizões do CEBRAP.

No tocante à participação da coalizão na composição da CAE, o gráfico 1 demonstra que no ano de 2003 a coalizão obteve a menor representação dentro da comissão, com 35,7%¹. Em todos os demais anos, a coalizão possui taxa superior a 50% das cadeiras da CAE. Destaca-se que as maiores taxas de ocupação são em 2013, com 73%; 2014, com 71,4%; e 2017, com 70,3%. Também merece destaque o ano de 2016: mesmo sendo um período de crise na coalizão – com o processo de afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) –, manteve 50% da comissão ocupada por seus membros. Tais dados demonstram que a CAE é uma comissão desejada pelas coalizões governamentais e que, mesmo no momento de crise política, houve esforços da coalizão em se manter majoritária.

A alta participação das coalizões é um dado esperado, visto que a governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro ocorre devido à atuação conjunta do Executivo e Legislativo (Figueiredo; Limongi, 1998). Essa atuação é vista como uma agenda compartilhada entre essas Instituições (Freitas, 2016). Assim, a alta participação da coalizão nas composições das comissões é um ponto que permite mútuo monitoramento dos partidos da coalizão pela coalizão, assim como do próprio Executivo (Almeida, 2019). Por fim, tais dados também se demonstram na CDH, CRA, CRE e CMA (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021).

	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
Norte	19,1	15,7	26,0	26,9	22,2
Nordeste	39,1	33,9	25,2	37,7	34,0
Centro-Oeste	20,0	19,1	21,1	14,6	18,6
Sudeste	13,0	17,4	13,8	9,2	13,3
Sul	8,7	13,9	13,8	11,5	12,0

Tabela 3 – Representação regional na composição da CAE de 2003-2018 (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

¹ A diferença entre as coalizões de 2003 e 2004 é somente o ingresso do MDB/PMDB, que ocorre em 2004. Dessa forma, pode-se inferir que essa taxa baixa de participação da coalizão se deu no período em que esse partido estava negociando sua entrada na coalizão, mas ainda não havia formalizado sua adesão a ela.

Na representação regional da CAE, a tabela 3 apresenta uma distribuição que se assemelha ao peso das regiões na Casa. A divisão entre estados e regiões no Brasil cria representações distintas para cada região no plenário do Senado, sendo elas: Norte, 25,9%; Nordeste, 33,3%; Centro-Oeste, 14,8%; Sudeste, 14,8%; e Sul, com 11,1%. Dentro da CAE, nota-se imagem semelhante: para o período total, a região Norte teve 22,2%; Nordeste, 34%; Centro-Oeste, 18,6%; Sudeste 13,3%; e Sul, 12%. São visíveis pequenas diferenças entre a representação das regiões, todavia não é possível afirmar que elas são indicativas de algum critério de atuação regional dentro da comissão.

Quando se observa por legislaturas, pode-se notar mudanças na representação de cada região na comissão: a região Nordeste possui sua maior representação entre 2003-2006, com 39,1%, e sua menor taxa em 2011-2014, com 25,2%. A região Norte, nos anos de 2003-2006 e 2007-2010 possui 19,1% e 15,7%, o que demonstra que, mesmo que possa ter maior representação devido à sobre-representação dos Estados, isso não assegura maior número de cadeiras. A região Centro-Oeste possui uma taxa estável de participação nas legislaturas de número 52^a, 53^a e 54^a em torno de 20% – acima de sua participação no plenário – e que cai na 55^a legislatura para 14,6%. A região Sudeste tem seu ápice em participação na 53^a legislatura com 17,4%, e a menor participação na 55^a, com 9,2%. A região Sul detém uma participação que não passa dos 14% de ocupação e deteve sua menor participação na 52^a legislatura, com 8,7%.

	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
Menos de 40 anos				1,5	0,4
40-49 anos	15,7	13	11,4	10	12,4
50-59 anos	41,7	41,7	43,9	32,3	39,8
60-69 anos	28,7	31,3	26,8	28,5	28,8
Mais de 70 anos	13,9	13,9	17,9	27,7	18,6

Tabela 4 – Idade dos senadores que ocuparam a vaga de titular na CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

No tocante à idade dos senadores quando ocuparam a CAE, a tabela 4 apresenta que, de uma forma geral, quase 40% possuem idade entre 50-59 anos; a segunda maior frequência de idade é de 60-69 anos, com 28,8%; e a terceira é de mais de 70 anos, com 18,6%. Senadores com idades entre 40-49 anos são 12,4%, e há 0,4% (1 senador) que possui menos de 40 anos de idade: o senador Davi Alcolumbre (DEM/PFL), que, quando assumiu uma vaga na CAE no biênio 2015-2016, tinha 38 anos de idade.

Observando por legislaturas, parlamentares com idade entre 50-59 anos possuem frequência acima de 40% nas legislaturas 52^a, 53^a, e 54^a, caindo para sua menor proporção na 55^a legislatura. A frequência de idade 60-69 anos possui significativa expressão, estando entre de 26% a 31% em todo o período. A representação de senadores com idade entre 40-

49 anos e de menos de 40 anos fica abaixo dos 16% em todo o período. Por fim, a taxa de parlamentares na CAE com mais de 70 anos é significativa, tendo 13,9% nas legislaturas 52^a e 53^a, aumentando para 17,9% na 54^a, e sobe expressivamente na 55^a, com 27,7%. Tais dados demonstram que a CAE é ocupada em grande parte por senadores de idade mais avançada, visto que a taxa de senadores com idade inferior a 50 anos não passa de 16% em todo o período, assim como as frequências de 60-69 são estáveis e a taxa de acima de 70 aos é crescente.

Referente a outras comissões do Senado, na CDH (Silva, 2019) a taxa de idade inferior a 50 anos de idade também é baixa, sendo que nos demais anos da comissão as frequências mais altas são de 50-59 e 60-69. Na CRE (Pantoja e Rubiatti, 2021), nota-se que a idade de 60-69 têm sua maior frequência de 53,1% em 2007-2010, e a menor em 2015-2018 com 21,2%; a taxa de mais de 70 anos na CRE demonstra crescimento e atinge em 2015-2018 37,6%, demonstrando que essa comissão possui um caráter de maior idade que a CAE. Na CMA (Pereira, 2021), a taxa geral de idades demonstra também que a idade de 50-59 e 60-69 são as maiores. Lemos e Reninchesky (2008) mostram que na CCJ, na década de 1990, a faixa de 50-59 anos possuía frequências entre 26% e 48%; a faixa acima de 60 anos, variações de 35% a 48%. De uma forma geral, a idade dos senadores da CAE está em consonância com outras comissões, com um senador com idade entre 50-69 anos.

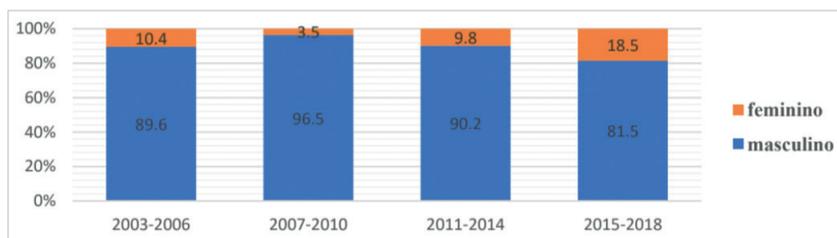


Gráfico 2 – Distribuição de gênero na CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

O gráfico 2 apresenta a distribuição de parlamentares por gênero. Nele, observa-se que a participação feminina na CAE é pouco expressiva, fora os anos de 2015-2018, que apresenta 18,5% – taxa longe de exprimir equidade –; os demais anos apresentam uma menor participação, tendo a menor taxa em 2007-2010, com 3,5%. As senadoras estão pouco presentes na CAE, assim, no período total, 89,2% da CAE é composta por homens e 10,8% por mulheres. Porém, essa baixa representação feminina na CAE pode estar relacionada com a própria representação feminina no plenário do Senado. Lemos e Reninchesky (2008) apontam que, na década de 90, há apenas 1% em 1991, 6% em 1995 e 7% em 1999.

Assim, cabe a pergunta: para as eleições no Senado há empecilhos para o ingresso de mulheres? Bohn (2008) busca responder a essa e outras perguntas sobre as candidaturas e eleição de mulheres nos Senados brasileiros e estadunidenses. Ela observa que, ao contrário do que se esperava, as mulheres possuem maior critério de competitividade que os homens, mas o que as faz não alcançar as vagas em situação de equidade para o Senado é a baixa taxa de candidaturas, pois para cada mulher candidata, havia em média 8 homens candidatos, e, para cada mulher eleita, há em média 6 homens eleitos. Assim, observa-se que há necessidade de paridade de candidaturas, para que as formações das Casas Legislativas não sejam dominadas por homens.

	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
Primeiro	62,6	73,0	67,5	64,6	66,9
Segundo	31,3	19,1	22,8	24,6	24,4
Terceiro	2,6	3,5	6,5	5,4	4,6
Quarto	3,5	4,3	3,3	5,4	4,1

Tabela 5 – Número de mandatos no Senado dos ocupantes da vaga de titular na CAE de 2003-2018 (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

Referente ao número de mandato do senador na CAE, a tabela 5 apresenta que, majoritariamente, são senadores exercendo o primeiro mandato na casa que ocupam a comissão², com 66,9% de frequência durante todo o período; seguidos daqueles no segundo mandato, com 24,4%; terceiro, 4,6%; e quarto mandato, com 4,1%. Cabe aqui notar que o mandato de um Senador é de oito anos, assim, mesmo que esteja em seu primeiro mandato, é possível que parte desses senadores estejam em sua segunda legislatura na casa. Em suma, não é possível afirmar que esses senadores sejam neófitos na casa – além de muitos já apresentarem experiências em outros cargos eletivos, como veremos adiante.

Durante as legislaturas, os senadores de primeiro mandato possuem maior taxa nos anos de 2007-2010 (com 73% da composição da comissão). No ano de 2003-2006, essa taxa é de 62,6%, assim como em 2011-2014, são 67,5%, e em 2015-2018, é 64,6%. Do outro lado, os senadores que estavam exercendo seu segundo mandato possuem taxa significativa, tendo sua maior participação em 2003-2006 com 31,1% e a menor em 2007-2010, com 19,1%.

Por fim, destacam-se os parlamentares no exercício do terceiro e quarto mandato, que também representam uma frequência significativa, visto que os mandatos de

² Isso não necessariamente significa que esses parlamentares são iniciantes, haja vista que o cargo de senador é considerado um cargo elevado na carreira política, onde se encontram parlamentares com experiência prévia em cargos políticos nas duas esferas, assim como futuros presidentes, governadores, ex-governadores, ex-presidentes (Araújo, 2012).

senadores duram oito anos. Alcançar uma terceira e quarta eleição demonstra que esses parlamentares possuem uma longa carreira política e avançada idade, assim, em 2003-2006 os senadores de terceiro e quarto mandato representam 6,1% da CAE; em 2007-2010, estes são 7,8%; 2011-2014, a frequência é 9,8%; e em 2015-2018, estes senadores são 10,8% da comissão. Esses dados demonstram um leve crescimento da ocupação de senadores com longa carreira política no Senado³.

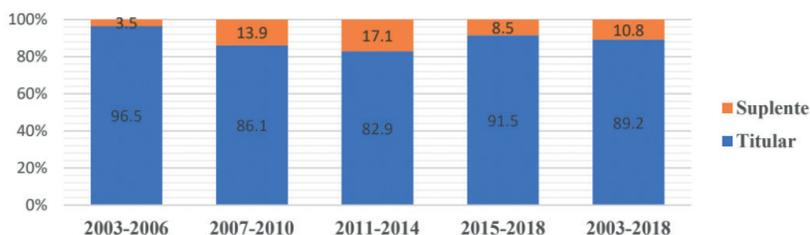


Gráfico 3 – Distribuição de vagas de titulares na CAE de acordo com o tipo de mandato exercido pelo senador (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

Referente à distribuição das vagas na CAE de acordo com o tipo de mandato do senador (eleito como titular ou suplente para o Senado), o gráfico 3 demonstra que senadores suplentes têm pouca participação em todo o período, tendo sua maior taxa em 2011-2014, com 17,1%, e a menor em 2003-2006, com 3,5%. Assim, em todo o período analisado (2003-2018), a participação de titulares na composição da CAE é de 89,2%. Na CDH se nota maior participação de suplentes em 2011-2014, com 31,5%, e em 2015-2018, com 20,5% (Silva, 2019). Na CRE, em 2007-2010 suplentes representam 21% da composição, e em 2011-2014 detêm 15,7% (Pantoja; Rubiatti, 2021). Tais dados demonstram que na CAE a frequência de suplentes é a menor entre essas comissões.

Dentro disso, destaca-se a preocupação de Neiva e Izumi (2012) sobre a participação de senadores suplentes, sendo destacado pelos autores que aqueles, em grande parte, são empresários. Os autores apontam que essa eleição dos suplentes é perigosa na medida que estes possam ser possíveis financiadores de campanhas, e quando exercem a suplência podem estar representando interesses individuais, o que enfraquece o caráter democrático da vaga de suplente no Senado.

Sobre a participação de suplentes, Silva e Rubiatti (2021) demonstram que, na CDH, 31% dos relatórios aprovados na comissão são feitos por senadores suplentes. Dentro disso, ressalta-se que os suplentes podem estar a responder ao titular, visto que o titular pode estar afastado devido a exercer algum cargo no Executivo. Assim, a atuação

³ Também se destaca que em outras comissões no Senado há dados semelhantes sobre o número de mandatos. Em CDH, CRE, CRA e CMA as frequências são iguais em ordem, senadores de primeiro mandato são majoritários em todas as legislaturas. Existem também senadores de segundo mandato até o quinto, há distinção entre essas frequências, porém não são tão grandes (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021, Pereira, 2021).

dos suplentes em comissões demonstra ser um campo a ser estudado. No tocante à CAE, a baixa presença de suplentes pode ser vista como um indicativo da importância dessa comissão para os partidos: ao indicarem titulares para a CAE, os líderes partidários estariam selecionando membros com maiores vínculos com o partido, garantindo maior controle partidário sobre a comissão.



Gráfico 4 – Nível de escolaridade formal dos membros da CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

No tocante ao nível de escolaridade dos membros da CAE, o gráfico 4 demonstra que, majoritariamente, os senadores que ocuparam a comissão possuem ensino superior, tendo somente nos anos de 2011-2014 uma queda na frequência para 75,9%, que foi decorrente da categoria “sem informação”⁴. Fora tal momento, as taxas são superiores a 80%, tendo o ápice em 2003-2006, com 93,9%. No geral, tal dado é esperado, pois como o Senado é uma Casa legislativa que exige políticos experientes, Lemos e Reninchesky (2008) destacam que no plenário do Senado na década de 90, mais de 95% dos senadores possuíam ensino superior. Assim, na CAE nota-se que esse padrão se repete com um pequeno decréscimo. Em comparação com outras comissões do Senado, CDH, CRA, CRE e CMA também demonstram que majoritariamente os senadores que ocuparam essas comissões possuem ensino superior completo (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021). Dessa forma, o nível de escolaridade da CAE pode ser apenas um reflexo do que é encontrado no plenário.

⁴ A coleta do nível de escolarização é feita a partir da biografia dos senadores; esta é disponibilizada pelo site do Senado e o registro das informações é de responsabilidade do próprio senador. Assim, alguns perfis não tinham todos os campos preenchidos, surgindo, então, a categoria “sem informação”.

	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
Legislativo	29,6	35,7	29,3	34,6	32,3
Executivo	13,9	13,0	16,3	12,3	13,9
Legislativo e Executivo	40,0	27,8	30,1	33,8	32,9
Sem experiência/ Sem informação	16,5	23,5	24,4	19,2	20,9

Tabela – 6 Experiência prévia dos senadores em cargos eletivos na CAE de 2003-2018 (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

Referente à experiência prévia dos senadores em cargos eletivos, ou seja, quais cargos eles assumiram antes de se tornarem senadores, a tabela 6 mostra que a experiência em cargos em ambos os poderes – Legislativo e Executivo – é a maior frequência, com 32,9%. Na sequência, estão os senadores que possuem experiência somente em cargos do Legislativo, com 32,3%, a terceira maior taxa representa senadores sem experiência⁵; e, por fim, senadores com experiência somente em cargos do Executivo, com 13,9%. Referente às variações durante as legislaturas, a frequência de ambos os poderes possui entre 27% até 40%; seguido disto vêm os senadores que tiveram passagem anterior somente no Legislativo, ficando em torno de 29% a 36%.

Tais dados demonstram que na CAE há políticos com maior experiência em cargos nos dois poderes. Isso demonstra que a comissão possui um caráter de políticos mais experientes. De modo geral, a composição da CAE demonstra um perfil de parlamentares com experiência prévia maior em ambos os poderes, e nos cargos somente do Legislativo. Tal dado é importante na medida em que é nas comissões que são feitas as negociações sobre as políticas (Freitas, 2016), haja vista que o Regimento interno define que é de caráter das comissões a primeira análise das pautas, e, no plenário, é votado o relatório da comissão. Assim, ter nas comissões parlamentares experientes na atuação legislativa e no Executivo é fundamental para a realização e formulação dos relatórios e na formulação de consensos.

5 Importante ressaltar que as informações sobre a experiência prévia são retiradas da biografia dos senadores no site do Senado, assim, pode haver alguns casos em que o senador não inseriu todas as informações sobre sua trajetória política, bem como pode haver casos em que, de fato, o candidato se torna senador sem experiência prévia em cargos eletivos.

Profissão declarada	Número absoluto	Porcentagem
Pedagogo/professor	24	15,8
Advogado	21	13,8
Engenheiro	15	9,8
Economista	14	9,2
Político	10	6,5
Jornalista	9	5,9
Médico	9	5,9
Administrador	7	4,6
Profissões rurais*	7	4,6
Servidor público	4	2,6
Bancário	2	1,3
Arquiteto	1	0,7
Comerciante	1	0,7
Delegado	1	0,7
Industrial	1	0,7
Analista	1	0,7
Promotor	1	0,7
Psicóloga	1	0,7
Sociólogo	1	0,7
Técnico em telecomunicações	1	0,7
Técnico em contabilidade	1	0,7
S.I.**	20	13,1
Total	152	100

Tabela 7 – Profissões declaradas pelos senadores da CAE (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da presidência do Senado (RAP).

*: nessa classificação estão agrupadas as profissões de agropecuarista, pecuarista, zootecnista, agricultor e engenheiro agrônomo.

** : esta classificação representa os senadores que não disponibilizaram dados sobre as suas profissões, sendo assim ficam como “sem informação” (S.I.).

Além do nível de educação formal, a atuação profissional também é um elemento importante para tratar da expertise. A tabela 7 apresenta as informações referentes às profissões declaradas pelos parlamentares. Para sua formulação, foi computado nominalmente cada senador que esteve na comissão e suas respectivas profissões declaradas. Assim, obteve-se um total de 124 senadores que ocuparam a CAE de 2003-2018 e um total de 152 profissões declaradas.

De posse de tais dados, nota-se que as profissões com maior frequência são as de professor/pedagogo e advogado, tendo respectivamente 15,8% e 13,8%; engenheiros

e economistas aparecem em seguida, com 9,8% e 9,2%. Pelo fato de a CAE ser uma comissão de assuntos econômicos, espera-se que economistas e administradores sejam categorias que se destaquem. Nesse ponto, a CAE possui parlamentares com essas profissões, porém não formam a maior categoria. Assim, a participação de senadores com diferentes profissões representa um ganho informacional, na medida em que assuntos econômicos versam sobre diversas áreas da vida cotidiana, e possuir uma variedade de profissões resulta em opiniões distintas, que podem gerar ganhos democráticos quando instalado o debate sobre políticas que envolvem controversas. A teoria informacional, como destaca Rubiatti (2019), preza pela heterogeneidade na formação das comissões. Assim, a tabela 7 pode representar um debate mais plural. Todavia, a baixa presença de políticos com profissões diretamente ligadas à área econômica pode causar um prejuízo informacional ou aumentar os custos para a criação de expertise endógena na CAE.

Permanência	Porcentagem
1 ano	10,5
2 anos	31,5
3 anos	11,3
4 anos	19,4
5 anos	6,5
6 anos	4,8
7 anos	4,8
8 anos	6,5
9 anos	0,8
11 anos	0,8
12 anos	1,6
14 anos	1,6

Tabela 8 – Anos de permanência dos membros titulares da CAE de 2003-2018 (porcentagem)

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

A tabela 8 apresenta a taxa de permanência na CAE por anos, ou seja, qual a frequência de anos que os senadores ficam na comissão. O tempo de permanência na comissão pode ser visto como uma *proxy* para a criação de expertise endógena, isto é, espera-se que uma maior permanência do parlamentar na CAE gere uma maior especialização e domínio sobre os temas tratados na comissão. Porém, é visível que a maior taxa é de senadores que passam até dois anos na CAE, tendo 31,5%; seguido disso, a taxa de quatro anos aparece com 19,4%, sendo essas as maiores taxas. A frequência de permanência de até um ano representa 10,5% de senadores, que são aqueles que não completam um mandato na comissão⁶. Também se destaca a faixa de 8 anos na comissão,

⁶ Os mandatos nas comissões do Senado são de dois anos.

que representa um mandato de senador, e possui 6,5% de senadores, assim como 9, 11, 12 e 14 anos, que, juntos, representam 4,8% de ocupação.

De modo geral, as frequências demonstram que há interesse em permanecer na comissão. A média de permanência na CAE é de 3,9 anos, o que representa quase metade de um mandato de senador e uma legislatura completa.

Também se destacam os nomes dos senadores com maior permanência na CAE nesse período: Delcídio Do Amaral – PT (14 Anos), Valdir Raupp – MDB/PMDB (14 Anos), Eduardo Suplicy – PT (12 Anos), Tasso Jereissati – PSDB (12 Anos) e Romero Jucá – MDB/PMDB (11 Anos). É perceptível que esses senadores são escolhidos pelas lideranças⁷ das suas respectivas bancadas para defender os interesses do partido na CAE, e nota-se que estes tiveram alta participação dentro dos 16 anos aqui analisados.

	Anos	Tempo (Porcentagem)
PT	2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016	52,9
MDB/PMDB	2003, 2004, 2005, 2006, 2009, 2010	35,3
PSDB	2017, 2018	11,8

Tabela 9 – Partidos dos presidentes da CAE de 2003-2018

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site do Senado Federal e dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP).

A tabela 9 apresenta a ocupação da cadeira de presidente na CAE. Esse é um dos principais postos numa comissão: o presidente da comissão tem poderes discricionários para a escolha de relatores e da ordem do dia na comissão (Aguiar, 2013). Sendo assim, ocupar esse posto é fundamental para o direcionamento das políticas. Nesse ponto, o PT foi o partido que ocupou majoritariamente esse posto, com 52,9%, seguido do MDB/PMDB, que foi partido das coalizões Lula-Dilma e depois o partido do governo Temer, e o PSDB esteve na presidência nos anos de 2017-2018, quando era base do governo. Ou seja, em todo o período analisado, a CAE esteve com as presidências ocupadas pelo partido do governo ou da base do governo.

De forma geral, tais dados demonstram que o posto de presidente da CAE é almejado, visto que não esteve fora da coalizão governamental em nenhum momento. Quando comparada com outras comissões do Senado, a CDH possuiu presença majoritária do PT e partidos de fora da coalizão. CRE deteve até 6 partidos diferentes a ocupar o posto, tendo partidos de oposição. Na CRA, são 4 partidos que assumem o cargo, todos da coalizão, mas nenhum sendo o partido do governo. Na CMA, são cinco partidos que chegam a ocupar o cargo de presidente, porém nessa comissão destaca-se que essa ocupação representa a formação de coalizões, ou seja, é um compartilhamento de agenda (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021). Vendo por esse prisma,

⁷ Visto que a escolha dos membros é feita pela Mesa Diretora, ouvidos os líderes partidários. O caráter de composição das comissões brasileiras é partidário.

corroborar-se a importância da CAE, já que a presidência não foi nenhuma vez ocupada por partidos de fora da coalizão, tendo o partido do chefe do Executivo a maior frequência de ocupação desse cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o presente trabalho teve como objetivo analisar a composição social e política da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, de 2003-2018, período que cobre quatro legislaturas completas. Os principais achados demonstram que: 1) a composição da comissão demonstra o multipartidarismo brasileiro, assim como explicita que as trocas de cadeiras na CAE pelos quatro maiores partidos não ocorrem de forma tão explícita quanto nas outras comissões verificadas (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira, 2019; Pantoja, Rubiatti, 2021; Pereira, 2021) - isto é, o interesse partidário em ocupar essa comissão é geral, o que limita as negociações e trocas de vagas entre os partidos nessa comissão; 2) a coalizão governamental, exceto no ano de 2003, esteve sempre majoritária na CAE, mesmo no período de crise do governo Dilma II. Juntos, esses dois dados demonstram que as vagas da comissão são almejadas pelos partidos e as coalizões governamentais asseguram seu caráter majoritário, podendo centralizar as decisões nas mãos dos partidos da coalizão.

Sobre a representação das regiões na CAE, nota-se que 3) para o período geral, não se percebem grandes distinções nessa representação na comissão, observando-se uma proporcionalidade entre a representação regional no plenário da casa e na CAE; ao se verificar pelas legislaturas, há alguns pontos em que uma região possui maior representação que no plenário, todavia, não é possível inferir que isso se dê por interesses regionais na ocupação da comissão.

Sobre a idade dos senadores na CAE, 4) observa-se que a faixa de 50-59 anos é a mais expressiva nas três primeiras legislaturas, assim como há um aumento das faixas de 60-69 anos e acima de 70 anos – somente na 54ª legislatura que essa faixa não aumenta; porém, na 55ª legislatura essas duas faixas juntas ocupam majoritariamente a comissão. Esse ponto demonstra que na CAE há um crescimento na faixa etária dos titulares, entretanto esse não é maior que na CRE. Todavia, ao se analisar os dados sobre idade na CDH e CMA, percebe-se que a CAE possui senadores com idades mais avançadas que nessas duas comissões. Ao se colocar em ordem, seria CRE>CAE>CDH>CMA (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021). Assim, há variações na idade dos senadores que ocupam diferentes comissões, sendo que das quatro aqui citadas, as maiores idades estão nas comissões mais antigas (CRE e CAE).

Visto pela divisão de gênero, 5) nota-se que na CAE, assim como em outras comissões, há uma baixa participação de mulheres, tendo no período total uma representação de 10,2% na comissão, muito longe de atingir uma equidade. Porém, isso pode ser resultado

da baixa presença de mulheres no próprio Senado. Sobre isso, Bohn (2008) demonstra que, apesar de as mulheres, profissionais ou não na política, apresentarem resultados mais satisfatórios que os homens nas eleições, o fato que as faz serem um corpo minoritário é a diferença no número de candidaturas, sendo as masculinas em média oito vezes maiores que as femininas.

Referente ao número de mandato dos senadores titulares da CAE, 6) eles estão, majoritariamente, no primeiro mandato; os de segundo representam uma taxa significativa também. Importante destacar, ainda, que as faixas de terceiro e quarto mandato possuem um leve crescimento nas quatro legislaturas analisadas.

Percebe-se também que na CAE, 7) senadores titulares ocupam majoritariamente as vagas na comissão; esse dado se fortalece quando comparado com outras comissões (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira, 2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021).

Além disso, 8) os senadores majoritariamente possuem ensino superior, e 9) grande experiência prévia nos cargos de Executivo e Legislativo e somente Legislativo. Tais pontos são esperados para os senadores - que eles possuam uma grande carreira política (Lemos e Reninchesky, 2008). Por fim, para a composição dessa comissão, 10) nota-se forte presença de senadores titulares, o que reforça o achado de Araújo (2017, p. 130): “a CAE valoriza mais as variáveis partidárias, a expertise e a titularidade dos parlamentares, em detrimento dos suplentes. Ser titular aumenta em mais de 50% a probabilidade de ingresso na CAE”.

Sobre as profissões dos senadores, 11) nota-se uma grande gama de profissões, sendo as que mais se destacam professor/pedagogo e advogado; também há presença de economistas, analistas, administradores, assim como outras profissões. No geral, uma ampla participação de senadores com distintas formações pode ser vantajosa numa lógica informacional, pois fomentam a heterogeneidade da comissão, sendo esse um traço informacional. Todavia, a baixa presença de parlamentares com experiência profissional ligada à área de atuação da comissão reforça a necessidade de criação de expertise endógena (Rubiatti, 2019). Nesse ponto, a permanência dos senadores na comissão ganha destaque. 12) Na CAE, observa-se que há uma média de 3,9 anos maior que a CDH (3,1). De forma complementar, as faixas de permanência de até quatro anos na comissão para a CAE e CRE são semelhantes. Apesar disso, também se destacam cinco senadores que tiveram mais de 10 anos de permanência na comissão: Delcídio Do Amaral (PT), Valdir Raupp (MDB/PMDB), Eduardo Suplicy (PT), Tasso Jereissati (PSDB) e Romero Jucá (11 MDB/PMDB).

Por fim, 13) a cadeira de presidente da CAE foi ocupada por partidos do governo ou coalizão em todo o período analisado. Por ser um posto estratégico, tendo em vista seus poderes regimentais (Aguiar, 2013), é perceptível como essa vaga não foi deixada nenhuma vez nas mãos da oposição, diferente do que ocorre em outras comissões, onde se vê mais partidos ocupando esse posto, assim como oposições (Silva, 2019; Ferreira, 2019; Pereira,

2019; Pantoja; Rubiatti, 2021; Pereira, 2021). Visto por esse ângulo, é notável que a CAE, como já destaca a literatura, é uma comissão central no Senado (Lemos, 2008; Silva, 2016; Araújo, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. vol 31, n. 1, 1998, pp5 a 34.

AGUIAR, Osmar de Oliveira. Os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes. **E-legis**, Brasília, n. 12, 2013.

ALMEIDA, Acir. Do plenário às comissões: mudança institucional na câmara dos deputados. *In*: PERLIN, G.; SANTOS, M. L. **Presidencialismo de coalizão em movimento**. Brasília: Edições Câmara, 2019.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Câmara Alta no presidencialismo brasileiro: o desempenho legislativo do Senado entre 1989 e 2000. *In*: L. B. Lemos (orgs). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008, p. 203-236.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Comissões no Senado Federal: perfil social e trajetória política na triagem dos senadores no sistema comissional. **Cadernos da Escola do Legislativo**, 19(32), 2017, p. 97-138.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal. **Revista Política & Sociedade**, v.11, n.21, 2012.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Trad: Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: uma análise da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). **Opinião Pública**, Campinas, vol 19, n2, 2013, p. 449-473.

CÔRTEZ, Clemar Pereira Gonçalves da Silva. Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? A comissão de minas e energia da Câmara dos Deputados em pauta. **E-legis**, Brasília, n.4, p. 6-28, 2010, ISSN 2175.0688.

FERREIRA, Wesley Rodrigues Santos. Perfil Sociopolítico dos membros titulares da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.23, 2019.

FERREIRA, Wesley Rodrigues Santos; RUBIATTI, Bruno de Castro. Caracterização da Expertise dos Senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal (2005-2018). **Novos Olhares Sociais**, v. 5, n. 2, 2022.

FERREIRA, Wesley Rodrigues Santos; RUBIATTI, Bruno de Castro. Perfil sociopolítico dos relatores na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal (2005/18). **Revista Eletrônica de Ciência Política – RECP**, v.12, n. 2, 2021.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. **Reforma Política: lições da história recente/ ORG: Gláucio Ary Dillion Soares, Lúcio R. Rennó** – Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREITAS, Andréia. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016 (capítulo 3, p. 60-84).

LEMOS, Lemos Barreiro. O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 1990. In: LEMOS, (Org.) **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

LEMOS, Lemos Barreiro; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 1990. In: LEMOS, (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

LAMEIRÃO, Camila; PAIVA, Denise; CARVALHO, Guilherme. O debate recente nos 30 anos do presidencialismo de coalizão: novas abordagens, dimensões de análise e algumas notas sobre a dominância do Executivo. **Ciências sociais hoje: ciência política/ ORG: Bruno Bolognesi, Glauco Peres da Silva**. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua nova**, n. 44, 1998 p. 81-106.

LINZ, J; VALENZUELA, A. (Comps.). **Las crisis del presidencialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PANTOJA, Jhessica Manuely de Sá; RUBIATTI, Bruno de Castro. A Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado brasileiro: um estudo sobre sua composição. Democracia, instituições políticas e políticas públicas: **Estudos do I Congresso de Ciência Política do Nordeste** / Organizado por Alisson Rodrigo de Araújo Oliveira, Duília Dalyana Ribeiro Santos da Nóbrega e Maria Sheylla Campos de Lima — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021. ISBN 978-65-89091-40-0 DOI doi.org/10.36599/qped-ed1.027

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do poder Executivo. O sistema de comissões no legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, 2000.

PEREIRA, Fabiano da Silva. A produção Legislativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal brasileiro (2005-2018). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2021.

PEREIRA, Fabiano da Silva. Comissões Permanentes e Perfil Parlamentar: análise sociopolítica das comissões temáticas de fiscalização e controle do senado brasileiro (1993 - 2018). **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.23, 2019.

RICCI, Paolo. A produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso: diferenças e similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. In: LEMOS, (Org.) **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

RICCI, Paolo; LEMOS, Leany Barreiro. Produção legislativa e preferências eleitorais na comissão de agricultura e política rural da câmara dos deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol 19 n.55, 2004.

- RUBIATTI, Bruno de Castro. Incongruência e composição partidária no bicameralismo brasileiro. *In*: CARVALHO, Valter Rodrigues & MENEZES, Monique. **Política e Instituições no Brasil**. Teresina: Ed. UFPI, 2015.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. O Novo governo Lula e os desafios para a construção de apoio no Senado. *In*: INÁCIO, Magna (org.). **Presidente, gabinete e burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber**. São Paulo: HUCITEC, 2023, p. 59-76, 2023.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. O Senado frente as às propostas da Câmara dos Deputados no bicameralismo brasileiro. **Revista Debates**, 12(2), 2018.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. Organização interna das Casas Legislativas da Argentina, Brasil e México: estratégias individualistas ou reforço da representação partidária? *In*: M. Menezes., B. Johas &, O. Perez (orgs). **Instituições políticas e sociedade civil**. Teresina: EDUFPI, p. 201-237, 2017b.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. Os Estudos Legislativos no Brasil: Agendas de Pesquisa. **Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 2(23), pp. 12-35. DOI: 10.46906/caos.n23.49418.p12-35, 2019.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. Para além do Plenário: o papel decisório das comissões no Senado Federal brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 28, n. 75, e005, 2020. DOI 10.1590/1678-987320287505.
- RUBIATTI, Bruno de Castro. Sistema de resolução de conflitos e o papel do Senado como câmara revisora no Bicameralismo Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, s/v(23), pp. 35-74. DOI: 10.1590/0103-335220172302, 2017a.
- RUBIATTI, Bruno de Castro; SILVA, Jonatas Nogueira Aguiar de Souza. A Produção Legislativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 8, art. 4, p. 69-97, ago. 2020.
- SANTOS, Carla Danice de Melo. O poder conclusivo das comissões da Câmara dos Deputados na 52ª legislatura. **E-legis**, Brasília, n1. p. 65-73 /, 2008. ISSN 2175.0688.
- SANTOS, Fabiano. Governos de Coalizão no sistema presidencial sob a égide da Constituição de 1988. *In*: AVRITZER, Leonardo; e ANASTASIA, Fátima. **Reforma política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. , Editora UFMG., Rio de Janeiro: IURPERJ, 2003.
- SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **DADOS** vol. 45 n° 2, 2002.
- SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, A. **Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão**. Curitiba: Appris, 2011.
- SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 693 a 735.
- SILVA, Jonatas Nogueira Aguiar de Souza. A Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no Senado Brasileiro: Um Estudo Sobre Sua Composição (2005-2018). **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.23, 2019.

SILVA, Jonatas Nogueira Aguiar de Souza; RUBIATTI, Bruno de Castro. Quem relata? O perfil dos relatores na CDH do Senado Federal (2005-2018). Anais do Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados / organizadores: Luciano Irineu de Castro, Maurício Soares Bugarin, Fabiano Peruzzo Schwartz. – Santo Ângelo: Metrics, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.46550/978-65-89700-34-0.433-451>, p.433-452.

SILVA, Noelle. O Senado Federal: um estudo do desempenho das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos nos governos FHC e Lula. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v.4, 2016.

VASQUEZ, V. L. Comissões: o poder do legislativo. Campinas – SP. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.